



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

439

410/88

**Excelentíssimo Senhor Relator,**

Reexame das contas da Prefeitura de Jacareí;  
pertinentes ao exercício econômico-financeiro de  
2001.

O posicionamento da Unidade Jurídica está de  
acordo com a linha de entendimento desta ATJ, assim,  
manifesto-me pelo desprovimento do apelo.

À elevada consideração de Vossa Excelência,  
com prévio trânsito pela d. SDG.

ATJ, 16 de agosto de 2004.

Francisco Roberto Silva Junior  
Assessor Procurador - Chefe

JR/

Recebido hoje  
SDG. 17/8/04  
Leite



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 440  
Proc. TC-1.932/026/01  
César

PROCESSO: TC-1.932/026/01  
ÓRGÃO: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ  
ASSUNTO: PEDIDO DE REEXAME (FLS. 179/430)  
EXERCÍCIO: 2001  
COMPETÊNCIA: TRIBUNAL PLENO (art. 53, § único - 1 do Regimento Interno do TCESP)  
RELATOR: ROBSON MARINHO

Senhor Relator,

Inconformado com a r. decisão da E. Primeira Câmara que, em sessão de 19/08/2003, emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí (fls. 177 - publicado no DOE de **30/10/2003**), o Sr. Marco Aurélio de Souza, Prefeito Municipal no exercício de 2001, por seu advogado<sup>1</sup>, interpôs Pedido de Reexame às fls. 179/430, protocolado em **01/12/2003** (segunda-feira).

Unidade Econômica da ATJ (fls. 433/434) concluiu que, mesmo sendo aceitas despesas classificadas erroneamente, a Municipalidade, no exercício em exame, não cumpriu o disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Unidade Jurídica da ATJ (fls. 435/438), alicerçada na jurisprudência desta Casa, propugna pelo não

<sup>1</sup> Procuração às fls.43.

58



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 441  
Proc. TC-1.932/026/01  
César

provimento do Pedido de Reexame. Posicionamento acompanhado pela d. Chefia da ATJ (fls. 439).

É a síntese necessária. Opino.

Em preliminar, manifesto-me no sentido do conhecimento do pedido de reexame, considerando que foi interposto por parte legítima, é tempestivo e adequado às disposições contidas nos artigos 70 e 71 da Lei Complementar n.º 709/93.

No mérito, a causa determinante para a emissão de parecer desfavorável diz respeito, notadamente, ao descumprimento do contido no artigo 212 da Constituição Federal que prevê que "a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **vinte e cinco por cento**, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino", bem como a não observância do disposto no art. 60 do ADCT, a saber: "Nos dez primeiros anos da promulgação desta Emenda, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão não menos de **sessenta por cento** dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e ao desenvolvimento do ensino fundamental, com o objetivo de assegurar a universalização de seu atendimento e a remuneração condigna do magistério. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 14, de 1996)".

Assiste razão ao Setor de Cálculos da ATJ no que diz respeito à reintegração das despesas erroneamente classificadas e que, comprovadamente, foram aplicadas na educação (ensino fundamental) do exercício em exame.

O quadro de aplicação no ensino passa, então, a ser o seguinte:

Descrição	Valor
Apurado pela auditoria	R\$ 24.640.900,36
(+) Despesas classificadas erroneamente	R\$ 1.960.959,40
Total Despesas Educação (1)	R\$ 26.601.859,76
Total Receitas Impostos (2) fls.11	R\$ 114.242.809,81

48



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

413/85

Fl. n.º	442
Proc.º	TC-1.932/026/01
	César

Refeitos os cálculos, temos que o percentual da receita de impostos (2) aplicados na manutenção do Ensino(1) foi de **23,29%**. Não atendido, portanto, o artigo 212 da Constituição Federal.

A aplicação insuficiente de recursos na área do ensino já há muito é um fator determinante na reprovação de contas dos Municípios submetidos à atuação fiscalizatória desta Corte.

É exemplo o julgado a seguir, abreviado nos seus termos relevante:

"P A R E C E R

TC-002192/026/2000

Município: Auriflama

Prefeito: Fuad Kassis

Exercício: 2000

Requerente(s): Fuad Kassis - Ex-Prefeito

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Segunda Câmara,

em sessão de 20-08-02, publicado no D.O.E de 10-09-02.

Insuficiente aplicação de recursos no ensino (21,60%): o percentual não atingiu o mínimo estatuído (art. 212 da CF.), mesmo incluindo as despesas inscritas em restos a pagar do FUNDEF...RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

São Paulo, 16 de agosto de 2004.

RENATO MARTINS COSTA - Presidente

FULVIO JULIÃO BIAZZI - Relator

DOE. 18.08.04 - PÁG. 20."

Em relação ao disposto no art. 60 do ADCT, refeitos os cálculos consoante o quadro a seguir, temos que o percentual das despesas com educação (2) aplicados no Ensino Fundamental (1) foi de **66,50%**. Portanto, o Executivo Municipal atendeu a disposição supra.

56



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 443  
Proc. TC-1.932/026/01  
César

Descrição	Valor
Apurado pela auditoria	R\$ 15.729.347,59
(+) Despesas classificadas erroneamente	R\$ 1.960.959,40
Total Despesas com Ensino Fundamental (1)	R\$ 17.690.306,99
Total Despesas Educação (2)	R\$ 26.601.859,76

Diante do exposto, porque não cumprida a exigência constitucional do art. 212, entendo pelo não provimento do pedido de reexame, formulado pelo Prefeito do Município de Jacareí, responsável pelas contas do exercício de 2001, mantendo-se, conseqüentemente, o v. parecer publicado no DOE de 30/10/2003, juntado às fls. 177 dos autos.

À elevada consideração de Vossa Excelência

SDG, 17 de setembro de 2004.

Sérgio Ciquera Rossi  
Secretário - Diretor Geral

cam/



**URGENTE**

1932X026X01 444

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE JACAREÍ**

Rua Três de Abril, nº 32 – Jardim Leonídia  
Jacareí – SP – CEP 12.327-100

415  
BB

Jacareí, 01 de março de 2004.

Ofício nº 64/04 – 5ª PJ

Ref.: Representação nº 72/2003 – Cidadania

Assunto: Verificar se a Municipalidade de Jacareí vem atendendo aos percentuais mínimos de gastos públicos na área da saúde.

PROTÓCOLO

TRIBUNAL DE CONTAS  
ESTADO DE S. PAULO  
009031

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente, cumprimentando Vossa Excelência, com o fito de instruir regularmente os autos da Representação em epígrafe, solicito seja-nos encaminhados os pareceres emitidos nos processos TC nº 2784/026/02 e TC nº 1932/026/01.

Sem mais, no ensejo, apresento protestos de consideração e apreço.

Alexandre Mourão Mafetano  
Promotor de Justiça Substituto  
Em exercício na 5ª Promotoria de Justiça de Jacareí

Excelentíssimo Senhor

**Dr. CLÁUDIO FERRAZ ALVARENGA**

DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo  
Av. Rangel Pestana, 315, Centro,  
01017-906 – SÃO PAULO-SP

---1932X026X01 4452

11/03/04

DI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO  
09.1.0 P E S Q U I S A  
TTLC910 RESUMIDA  
0000000002784/026/02 TC. CONTAS DE PREFEITURA  
RELATOR : DR. EDGARD CAMARGO RODRIGUES

TCESP  
10/03/2004  
09:11:00

HIG  
28

INTERESSADO : 0000000504  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI

EXERCICIO : 2002

DATA DE ENVIO : 09/03/2004 NUM.DE RENESSA: 000000551/2004  
REMETENTE : DR.EDGARD CAMARGO RODRIGUES ATDE.APARTADO : 000  
DESTINO : CARTORIO DR. EDGARD CAMARGO RODRIGUES  
MOTIVO : PUBLICAR

1932X026X01 446

3

DI-PRODESP SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO  
09.1.0 P E S Q U I S A  
TTLC910 RESUMIDA  
0000000001932/026/01 TC. CONTAS DE PREFEITURA  
RELATOR : DR. ROBSON MARINHO

VAZ  
BB

TCESP  
10/03/200  
09:11:2

11103/04

INTERESSADO : 0000000504  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI

EXERCICIO : 2001

DATA DE ENVIO : 03/12/2003 NUM.DE REMESSA: 000003527/2003  
REMETENTE : CARTORIO DR. ROBSON MARINHO RIDE.APARTADO : 000  
DESTINO : ASSESSORIA TECNICA JURIDICA - 1  
MOTIVO : MANIFESTAR





1932X026X01 447 4  
418/26

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

fls. 4

EXPEDIENTE : TC-9031/026/04

INTERESSADO : ALEXANDRE MOURÃO MAFETANO, PROMOTOR DE JUSTIÇA  
SUBSTITUTO EM EXERCÍCIO NA 5ª PROMOTORIA DE  
JUSTIÇA DE JACAREÍ

ASSUNTO : PEDIDO DE CÓPIA DOS PARECERES DOS TCS-  
2784/026/02 E 1932/026/01

Encaminhe-se o presente protocolado, pela ordem, à consideração dos eminentes Conselheiros Edgard Camargo Rodrigues e Robson Marinho, Relatores dos TCS-2784/026/02 e 1932/026/01, respectivamente, para as providências que Suas Excelências entenderem cabíveis.

Dê-se conhecimento, por ofício, ao interessado.

G.P. em 15 de março de 2004.

  
RENATO MARTINS COSTA  
Presidente

et/.

6CECR, 15/03/04  
H.S.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

419  
386

EXPEDIENTE: TC-009.031/026/2004.

Ao Cartório, a fim de que providencie:

- 1) expedição do ofício GCECR n° 063/2004-E, com anexação de cópia ao presente.
- 2) Juntada do comprovante de entrega do material no destinatário.
- 3) arquivamento do expediente.

Cumpra-se.

G.C., em 16 de MARÇO de 2.004.

  
**EDGARD CAMARGO RODRIGUES**  
Conselheiro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GABINETE DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

420  
BB


São Paulo, 16 de MARÇO de 2004.

Ofício GC ECR nº 063/2004-E

Senhor Promotor

Em atenção aos termos do Ofício n.º 64/04 - 5ª PJ REF.: Representação n.º 72/2003 (inscrito no protocolo geral sob o n.º TC-009.031/026/2004) comunico que o processo TC-002.784/026/02 (exame das contas da Câmara Municipal de Jacareí - exercício de 2002) encontra-se em plena fase de instrução não havendo, por conseguinte, pronunciamento conclusivo sobre a matéria de interesse.

Receba Vossa Excelência meus cordiais cumprimentos.

  
**EDGARD CAMARGO RODRIGUES**  
Conselheiro

*Ao Excelentíssimo Senhor*  
**Dr. ALEXANDRE MOURÃO MAFETANO**  
*DD. Promotor de Justiça Substituto*  
**PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE JACAREÍ**



1932X026X01 450

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fls.7  
eafs

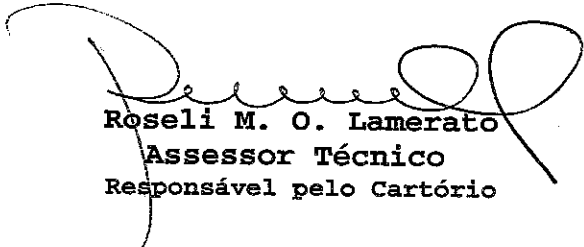
121  
BB

**Expediente: TC-009031/026/04**

Em cumprimento ao r. despacho de fl. 05, foi expedido o ofício **GC.ECR** n.º. 063/2004-E, recebido em 30/03/04.

Encaminhe-se o presente Expediente ao Cartório do eminente Conselheiro Dr. Robson Marinho, consoante determinação do r. despacho de fl. 04 da E. Presidência.

**C.ECR.**, em 07 de abril de 2004



**Roseli M. O. Lamerato**  
Assessor Técnico  
Responsável pelo Cartório



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Fl. 8

4222  
BB

Expediente: TC-009031/026/04

Interessado: Dr. Alexandre Mourão Mafetano, DD. Promotor de Justiça – 5ª Promotoria de Jacareí

Assunto: Ofício nº 64/04- 5ª PJ (ref.: Representação nº 72/2003 – Cidadania – acerca dos percentuais mínimos de gastos públicos na área da saúde) – solicita parecer emitido no processo TC-1932/026/01, que trata das contas anuais do Município de Jacareí, exercício de 2001.

Oficie-se ao ilustre representante do Ministério Público, encaminhando-lhe cópia de relatório, voto e parecer exarados em primeira instância nos autos do TC-001932/026/01.

Informe-se-lhe, na mesma oportunidade, que está sendo instruído pelos órgãos técnicos deste Tribunal, o pedido de reexame interposto em face do parecer desfavorável exarado pela e. Primeira Câmara, sessão de 19/08/03, cuja tramitação poderá ser acompanhada por meio da página que o Tribunal de Contas mantém na Internet, no endereço [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Ao Cartório para as providências cabíveis, devendo cópia da planilha de dados existente no sistema de protocolo da Casa acompanhar a resposta, bem como para anotar e promover a oportuna remessa da decisão a ser proferida no TC-001932/026/01.

Após, junte-se este expediente ao referido processo.

GC, 29 de abril de 2004.

  
**Robson Marinho**  
**Conselheiro**

N/Jq/cmt



São Paulo, 12 de maio de 2004

Ofício CGCRRM n° 758/04  
Exp. TC-9031/026/04  
(Ref. TC-1932/026/01)

Senhor Promotor de Justiça,

Em atenção aos termos do Ofício n° 64-5ª PJ (Ref. Representação n° 72/2003-Cidadania), de 1° de março de 2004, encaminho a Vossa Excelência cópia do despacho que exarei a fls. n° 8 do expediente em epígrafe, acompanhada da documentação nele mencionada, para conhecimento.

Apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

ROBSON MARINHO  
CONSELHEIRO

Excelentíssimo Senhor Doutor  
ALEXANDRE MOURÃO MAFETANO  
Promotor de Justiça, Substituto,  
da Comarca de  
JACAREÍ - SP  
mg-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº	453
Proc.	1932/026/01
	Ivone

424  
BB

Juntamos nos presentes autos os documentos de  
fls.444/452.

**Devolvam-se os autos ao Gabinete.**  
**CGCRRM, 23 de setembro de 2004.**

*Ivone da Silva Souza*  
Ivone da Silva Souza  
Auxiliar da Fisc. Financeira

iss

José Roberto Manesco  
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires  
Marcos Augusto Perez  
Floriano de Azevedo Marques Neto  
Ane Elisa Perez  
Tatiana Matiello Cymbalista  
Fábio Barbalho Leite

Licínio dos Santos Silva Filho  
Cornélio Vieira de Moraes Júnior  
José Aníbal Freitas Marques  
Luís Justiniano de Arantes Fernandes  
Luís Otávio Sigaud Furquim

Maurício Moura Portugal Ribeiro  
Magali Favaretto Prieto

Adriana Roldan Pinto de Lima  
Adalberto Pimentel Diniz de Souza  
Maria Célia Nogueira Moscati  
Denise Nefussi  
Pedro Sotero de Albuquerque  
Mariana Pereira Cunha  
Marco Antônio Rodrigues Jorge  
Tácio Lacerda Gama  
Rodrigo Françoço Martini  
Eduardo Pannunzio  
Maria Fernanda de Moura e Souza  
Fabiola Assad Calux  
Juliana Rodrigues Valle  
Maíra Barbosa Ribeiro  
Rossana de Araújo Rocha  
José Alexandre Ferreira Sanches  
Carlos Renato Lonel Alva Santos  
Renata Lawant

*Manesco, Ramires, Perez,  
Azevedo Marques  
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar  
01310-100 São Paulo SP  
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749  
www.manesco.com.br

Folha nº 454  
Proc. nº 1932/026/01  
maes

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR DO  
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

ROTOCOLO

029301

TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO  
02620000

TC - 1932/026/01

A Prefeitura Municipal de Jacareí, já qualificado nos autos em epígrafe, vem, por seu procurador abaixo assinado, à presença de Vossa Excelência, requerer vista dos autos.

Termos em que,  
pede deferimento.

MARCOS AUGUSTO PEREZ

OAB/SP n.º: 100.075





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº 455

Proc. 1932/026/01

*naire*

Juntamos nos presentes autos os documentos de fls. 454.

**CGCRRM**, 5 de outubro de 2004.

*Márcia Vernacci Alonso*  
**Márcia Vernacci Alonso**

Assessor Técnico Procurador



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

127/28

Fl. nº	456
Proc.	1932/026/01
	<i>Marinho</i>

Processo: TC-1932/026/01  
Interessada: Prefeitura Municipal de Jacareí, por seu advogado, Dr. Marcos Augusto Perez, OAB/SP 100.075  
Assunto: Requer vista e extração de cópias – Expediente TC-29301, juntado a fls. 454

Defiro vista e extração de cópias no Cartório, onde os autos ficarão à disposição do interessado pelo prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do presente despacho.

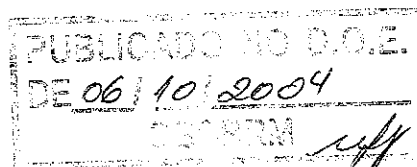
Publique-se.

G.C., 5 de outubro de 2004.

  
**Robson Marinho**

Conselheiro

MVA



18.457  
128/BB  
*Manesco, Ramires, Perez,  
Azevedo Marques  
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar  
01310-100 São Paulo SP  
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749  
www.manesco.com.br

## **AUTORIZAÇÃO** (Proc. 18.43)

Autorizo os estagiários CESAR AUGUSTO VILELA REZENDE, inscrito na OAB/SP sob o número 128.895 - E e BRUNO GUSTAVO PAES LEME CORDEIRO, portador do RG número 32.954.158 - 4, a terem vista e extraírem cópias dos autos do TC - 1932/026/01, em trâmite perante o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

São Paulo, 08 de outubro de 2004.



**MARCOS AUGUSTO PEREZ**

**OAB/SP 100.075**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

15.458  
439  
BB

Processo: TC- 1932/026/01

Nome: Cesar Augusto Vilela Rezende (B. 43)

OAB: 128.895

Fone: 3068- 4700

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e  
escaneou o processo.

São Paulo, 13 de outubro de 2004

Ass. *Rosa da Silva*

Visto.

Devolvam-se os autos à SDG-3.  
CGCRRM, 13 de outubro de 2004.

*Rosa da Silva*

Rosa da Silva  
Agente da Fiscalização Financeira



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

22-459

130  
38

**URGENTE**

Ref.: Pedido de sustentação oral  
TC-001932/026/01

Sr. Presidente,

Encaminho à consideração de Vossa Excelência o incluso pedido de sustentação oral a ser proferida na sessão ordinária do Tribunal Pleno de amanhã, dia 20 do corrente mês.

G.C., em 19 de outubro de 2004.

**Robson Marinho**  
Conselheiro

19 10 04  
16:58  
Eline

José Roberto Manesco  
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires  
Marcos Augusto Perez  
Floriano de Azevedo Marques Neto  
Ane Elisa Perez  
Tatiana Matiello Cymbalista  
Fábio Barbalho Leite

Licínio dos Santos Silva Filho  
Cornélio Vieira de Moraes Júnior  
José Aníbal Freitas Marques  
Luís Justiniano de Arantes Fernandes

Magali Favaretto Prieto  
Adriana Roldan Pinto de Lima

Adalberto Pimentel Diniz de Souza  
Maria Célia Nogueira Moscati  
Denise Nefussi  
Pedro Sotero de Albuquerque  
Mariana Pereira Cunha  
Marco Antônio Rodrigues Jorge  
Rodrigo Françoso Martini  
Eduardo Pannunzio  
Maria Fernanda de Moura e Souza  
Fabiola Assad Calux  
Juliana Rodrigues Valle  
Maíra Barbosa Ribeiro  
Rossana de Araújo Rocha  
José Alexandre Ferreira Sanches  
Carlos Renato Lonel Alva Santos  
Renata Lawant

pe. 460  
A31/23  
*Manesco, Ramires, Perez,  
Azevedo Marques  
Advocacia*

São Paulo  
Av. Paulista, 1274 21º andar  
01310-100 São Paulo SP  
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749  
Brasília  
SAUS, Quadra 1, Bloco N salas 706/707  
CEP: 70070 - 941 Brasília - DF  
Tel. (61) 223-7895 Fax 223-7895  
www.manesco.com.br

**EXMO. SR. DR. CONSELHEIRO RELATOR ROBSON MARINHO DO  
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**TC 1932/026/01**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ,**  
devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por seu  
advogado, à presença de V. Exa. e em consonância com o disposto no artigos  
104 e 208 IV do Regimento Interno dessa Egrégia Corte de Contas, requerer  
seja concedido o direito de sustentação oral na Sessão Ordinária do Pleno do  
Tribunal de Contas, a realizar-se em 20 de outubro de 2004.

Termos em que,  
pede deferimento.

São Paulo, 19 de outubro de 2004.

  
**MARCOS AUGUSTO PEREZ**

**OAB/SP 100.075**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

22-461

1322  
88

fls. 3

EXPEDIENTE : DATADO DE 19 DE OUTUBRO DE 2004 (Ref. ao TC-  
1.932/026/01)

INTERESSADA : PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

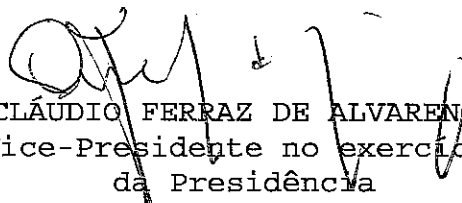
ADVOGADO : MARCOS AUGUSTO PEREZ (OAB/SP 100.075)

ASSUNTO : PEDIDO DE SUSTENTAÇÃO ORAL

Defiro o pedido.

Encaminhe-se ao Gabinete do eminente  
Conselheiro Robson Marinho, Relator do processo acima  
mencionado.

G.P. 19 de outubro de 2004.

  
CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA  
Vice-Presidente no exercício  
da Presidência

et/.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

433/  
788

Fls. n° 462  
TC-001932/026/2001

DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

DATA DA SESSÃO - 20-10-2004

Findo o relatório apresentado pelo Conselheiro Robson Marinho, Relator, foi concedida a palavra ao Dr. Marcos Augusto Perez, que produziu defesa oral, a qual constará, na íntegra, das respectivas notas taquigráficas, após o que, a pedido do Relator, foi o presente processo retirado de pauta, devendo ser incluído na ordem do dia da próxima sessão.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA  
RELATOR - CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

- 1 - À SDG-3 para incluir o processo na ordem do dia da próxima sessão;
- 2 - À SDG-1 para juntada das notas taquigráficas.

SDG-1, em 20 de outubro de 2004

SÉRGIO CIQUERA ROSSI  
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/MML/iso





# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

463  
10/11

463

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01

29a. sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 20 de outubro de 2004, no Auditório "Prof. José Luiz de Anhaia Mello"

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO** - Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga

**RELATOR** - Conselheiro Robson Marinho

**SECRETÁRIO** - Bel. Sérgio Ciguera Rossi

**PROCESSO** - TC-001932/026/01

**ASSUNTO** - Município: Jacareí.

**Prefeito:** Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

**Exercício:** 2001.

**Requerente(s):** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Em Julgamento:** Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 19-08-03, publicado no D.O. E de 30-10-03.

**Advogado(s):** José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez e outros.

**PRESIDENTE EM EXERCÍCIO** - O item 19, TC-001932/026/01 trata de pedido de reexame de parecer das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2001.

Há pedido de sustentação oral do eminente advogado Marcos Augusto Perez, em nome do Município e eu consultei o eminente Conselheiro Robson marinho, que assentiu na inversão da pauta, de sorte que peço permissão para convidar o eminente advogado para que tome à tribuna.

Com a palavra o eminente Relator.

**RELATOR** - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, Dr. Marcos Augusto Perez, em sessão de 19 de agosto de 2003 a E. Primeira Câmara decidiu emitir desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001, em face do descumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 60 das Disposições Transitórias. Foram aplicados pelo município 22,59% no ensino global, 13,77% no ensino fundamental.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

425  
28

464

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01

É o brevíssimo relatório, Sr. Presidente.

(O relatório de S. Exa. segue juntado no final destas notas).

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - Para a sustentação, a palavra é do eminente advogado, Dr. Marcos Augusto Perez.

DR. MARCOS AUGUSTO PEREZ - Exmo Sr. Presidente, Exmos. Srs. Conselheiros, a questão em exame é um assunto catalogado aqui nesta Corte e serei bastante breve, ressaltando alguns pontos que me parecem absolutamente essenciais para o deslinde justo da matéria.

Como disse o nobre Relator, refeitos os cálculos na fase recursal, chegou-se ao percentual de 23,28, e, na minha conta, 23,29%, um centésimo de diferença do relatório do eminente Conselheiro Robson Marinho, e 61,93% em relação aos gastos de ensino fundamental. Acontece que há um dado importante, também incontroverso, mas desqualificado pelos órgãos preopinantes, que o Município tinha inscrito em Restos a Pagar cerca de três milhões de reais, dos quais, no primeiro semestre ele gastou efetivamente dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil reais, e sete reais e noventa e quatro centavos, o que corresponderia a um plus, a um acréscimo de 2,14% da receita de impostos daquele ano, que somados com os 23,28% perfazeriam o percentual de 25,42% da receita obtida com os impostos. Os órgãos preopinantes desconsideraram a realização desse pagamento, muito embora a própria auditoria, às fls. 33 do relatório inicial feito, a auditoria regional, já o apontasse, porque não houve nesse ano lastro financeiro para o pagamento desses restos a pagar.

Com base nestes fatos, que, reitero, estão provados documentalmente nos autos, são incontroversos, tenho breves observações a fazer. A primeira, relativamente à norma que exige o lastro financeiro como suporte para o pagamento dos restos a pagar, para que esta Corte aceite esses restos a pagar de modo a acoplá-los no percentual necessário para perfazer o mínimo constitucional que cabe à educação.

Sustento, aqui e agora, que esta norma é uma norma instrumental, ela não guarda uma finalidade em si mesma. Qual a finalidade visada por ela? Assegurar que os restos a pagar



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

436/28

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

465  
TC-001932/026/01

efetivamente sejam despendidos na rubrica relacionada aos gastos com a manutenção do ensino.

Não há sombra de dúvida que a norma, do ponto de vista instrumental não foi cumprida, mas, do ponto de vista de sua finalidade foi cumprida, porque nos seis primeiros meses do ano seguinte, 2002, os restos a pagar, no total de dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, 2,14% da receita de impostos foram, efetivamente, despendidos pela administração municipal.

Dessa forma, nos termos da lei que orienta as ações dessa egrégia Corte, essa falha instrumental é equiparável a uma falha formal. A finalidade da norma foi atendida. E, na medida em que a finalidade foi atendida, embora a forma não tenha sido atendida, cabível não é a rejeição das contas, mas o aconselhamento à municipalidade que não insista, não repita esse erro.

Esse é o primeiro ponto que me parece importante ressaltar. O Direito visa a realização do direito em si, da finalidade da norma, e a finalidade da norma aqui foi alcançada, embora a forma esculpida nos regulamentos desta Corte, e legal, para que se alcançasse essa finalidade tenha sido efetivamente descumprida, porque não havia lastro financeiro, e é impossível criar lastro financeiro a essa altura do campeonato.

A segunda observação é que esse ano de 2001 foi um ano excepcional na vida de uma prefeitura. Por quê? Porque é o ano de transição de governo. Isso não é desculpa para toda e qualquer desordem econômico-financeira, mas, em casos específicos, em casos concretos, à luz das circunstâncias fáticas, isso pode ser, sim, uma excusa ao cumprimento de determinadas formalidades legais.

O histórico da Prefeitura de Jacareí é o seguinte: no ano de 1999 rejeitou-se as contas em função da aplicação de somente 22% na educação; em 2000, aplicou-se somente 21,56%, e mais uma vez as contas foram rejeitadas.

Não é da noite para o dia, entrando na gestão da municipalidade, que um Prefeito consegue trazer índices, especialmente no serviço de educação, que estão lá embaixo,



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

437  
BB

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

466  
TC-001932/026/01

para o atendimento do percentual mínimo constitucional. Para gastar os mínimos constitucionais, numa situação como essa, a municipalidade teve de fazer concurso público para a admissão de servidores. O concurso público demorou a ser feito, como todo concurso público demora, e em meados do ano foi feito.

Para a ampliação em relação aos gastos mínimos com educação era necessário construir escolas. Como constróem-se escolas? Licita-se as escolas, e depois constróem-se as escolas.

Então, não é com uma varinha de condão que o governante entra e, responsavelmente, digo responsavelmente porque há exemplos, por aí afora, de Prefeitos que no último dia do ano de um determinado exercício distribuem o dinheiro para os servidores, como forma de atingir o percentual mínimo. Não me parece, entretanto, que essa seja uma prática saudável. Atende-se à lei formalmente, mas não se atende ao escopo da lei.

O Município de Jacareí tem a sua rede conveniada com o Estado. Então, não seria nem o caso de cogitar o seguinte: "Ah, ele poderia ter assumido a rede de ensino fundamental do Estado." Portanto, o Município de Jacareí tem a sua rede conveniada, e não seria simplesmente assumindo a rede estadual, que já é parcialmente assumida, naquela que se refere ao ensino fundamental, que os percentuais mínimos seriam atingidos.

Um outro dado importante: no ano de 2002 as contas já foram aprovadas por esta Corte, o Relator foi o eminente Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, e os gastos no ensino foram de 27,42%, o que salienta bem esse momento de transição, quer dizer, parte-se de 21 para 25, na minha tese, em 2001, e 27 em 2002, já com uma margem bastante folgada em relação ao mínimo Constitucional.

Por fim, e esta é a última observação que faço, parece-me que o "standard" legal, o "standard" normativo que orienta o julgamento das contas por este E. Tribunal, ele dá ao julgador uma larga discricionariedade, não há uma tipificação absolutamente precisa na lei, dos casos que levam à rejeição, dos casos que levam à admissão das contas de um administrador. Essa discricionariedade parece imprescindível



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

488  
BB

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

467  
TC-001932/026/01

para o julgamento de contas. E este Tribunal, ao longo do tempo, tem aperfeiçoado esses "standards" de discricionariedade e construído toda uma jurisprudência, uma casuística, digamos assim, no bom sentido, que orienta, no dia-a-dia, a atividade desta Corte, como também é de se louvar, o que não poderia deixar de ser diferente.

Dessa forma, invocando essa casuística, aqui do Tribunal, eu queria fazer uma referência final a alguns casos, nesta Corte, em que se admitiu, excepcionalmente, também, e esse é um caso, reitero, excepcional, que Restos a Pagar, ainda que não tenham lastro financeiro, uma vez adimplidos, pagos no início do exercício seguinte, eles constituem uma excusa suficiente à aprovação das contas do Prefeito. Então, cito aqui alguns casos, e há outros. O Município de Mirandópolis, nas contas de 98; o Município de Boituva, nas contas de 99; o Município de Lucélia, nas contas de 99; o Município de Franca, nas contas de 98. Em todos esses casos há um precedente análogo ao presente caso, excepcional, claro, não utilizado no dia-a-dia desta Corte, mas que justifica, no modo de ver da defesa, a aprovação das contas.

Era isto o que tinha a dizer. Agradeço a atenção.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - Agradeço a participação do eminente advogado. A palavra retorna ao eminente Conselheiro Robson Marinho.

RELATOR - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, eu tenho profunda admiração e respeito pelo Dr. Marcos Augusto Perez e, portanto, em todas as oportunidades em que o advogado se fez presente, fazendo a sustentação oral, fazendo a defesa daquele órgão jurisdicionado que ele representa, sempre retirei o processo de pauta para melhor análise dos argumentos apresentados. Não vou agir de forma diferente, Sr. Presidente. Retiro de pauta, com a reinclusão automática para a próxima sessão.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO - É regimental, peço que assim se proceda.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

439/25

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

468  
TC-001932/026/01

**DECISÃO CONSTANTE DA ATA:** Findo o relatório apresentado pelo Conselheiro Robson Marinho, Relator, foi concedida a palavra ao Dr. Marcos Augusto Perez, que produziu defesa oral, a qual constará, na íntegra, das respectivas notas taquigráficas, após o que, a pedido do Relator foi o presente processo retirado de pauta, devendo ser incluído na ordem do dia da próxima sessão.

Taquígrafos: Tania/Anahy/Humberto

SDG-1/MML/mrs

463

440  
288

Conselheiro Robson Marinho  
Tribunal Pleno  
Sessão: 20/10/04

**PEDIDO DE REEXAME**

**19 TC-001932/026/01**

Município: Jacareí.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

Exercício: 2001.

Requerente(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 19-08-03, publicado no D.O. E de 30-10-03.

Advogado(s): José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez e outros.

Auditada por: GDF-7 - DSF-I.

Auditoria atual: GDF-4 - DSF-I.

**Relatório**

Em sessão de 19/8/2003, a e. Primeira Câmara decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da **Prefeitura Municipal de Jacareí**, relativas ao exercício de 2001, em face do descumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 60 do ADCT (22,59% da receita oriunda de impostos e transferências foi destinado ao ensino global, sendo 13,77% dessas mesmas receitas ao ensino fundamental) e da realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual competente, procedimento que não foi alvo de explicações por parte da origem.

Inconformada, a Prefeitura Municipal de Jacareí, por meio de seu representante legal, interpõe pedido de reexame, procurando reverter a decisão que lhe fora desfavorável.

Em relação ao ensino solicita que seja considerado como aplicação nesse setor o montante equivalente a R\$ 1.960.959,40, pois procura demonstrar que, embora referidas despesas tenham sido classificadas erroneamente como sendo da administração geral (subfunção 122), as notas fiscais e as ordens de pagamentos referentes a tais valores (docs. anexos) atestam serem, na realidade, dispêndios do ensino fundamental (subfunção 361).

470

2411  
BB

Reivindica, também, que as despesas inscritas em restos a pagar, para cuja cobertura não havia recursos disponíveis suficientes, sejam considerados para cômputo no setor. Argumenta que a impossibilidade de manutenção de saldo equivalente no final do exercício de 2001 decorreu fundamentalmente da necessidade de sanar pendências de gestão anterior, mas que aludidos gastos foram destinados ao ensino e sua liquidação ocorreu no primeiro semestre do exercício de 2002.

Quanto ao aterro sanitário, informa que a contratação em comento se deu em 2000, cujo contrato vigorou até outubro daquele ano, não cabendo, portanto, nenhuma responsabilidade à atual administração sobre eventuais irregularidades.

Manifestando-se em relação ao ensino, a assessoria técnica acolheu apenas as razões de recurso sobre as despesas classificadas erroneamente. Refazendo os cálculos, para neles incluir referidos gastos, atestou que, embora a municipalidade tenha cumprido o limite mínimo exigido no artigo 60 do ADCT, não o fez em relação ao ensino de modo geral, posto que apenas o correspondente a 23,29% do produto de impostos e transferências foi aplicado no setor, não tendo sido superada, portanto, a infringência ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

Por isso, opinou pelo conhecimento do apelo e, quanto ao mérito, por seu desprovimento.

Manifestando-se na mesma linha, a SDG apenas retificou os cálculos da assessoria técnica acerca do ensino fundamental que, segundo entendimento seu, correspondeu a 16,62% da arrecadação de impostos e transferências.

É o relatório.

rcbmm





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

442/AB

Fls. nº 471

TC-001932/026/2001

DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

DATA DA SESSÃO - 27-10-2004

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Cláudio Ferraz de Alvarenga, bem como pelo do Substituto de Conselheiro Wallace de Oliveira Guirelli, preliminarmente o E. Plenário conheceu do pedido de reexame e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, ficando mantido o r.parecer desfavorável, excluindo-se tão-somente dos fundamentos da decisão anterior a falta de aplicação no ensino fundamental e a questão relacionada aos serviços de adequação de aterro sanitário, alterando-se para 23,29% e 16,62% os registros constantes do voto anterior sobre os recursos destinados na manutenção do ensino e do ensino fundamental.

PRESIDENTE - CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

MUNICÍPIO DE: JACAREÍ  
EXERCÍCIO DE: 2001

- 1 - Notas taquigráficas juntadas pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para redação e publicação do parecer;
- 3 - Ao GDF-4 para dar prosseguimento à decisão anterior.

SDG-1, em 29 de outubro de 2004

SÉRGIO CIQUERA ROSSI  
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/MML/rpa

Vol. 57



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

472  
A43  
EB

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01

30ª sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 27 de outubro de 2004, no Auditório "Prof. José Luiz de Anhaia Mello"

**PRESIDENTE** - Conselheiro Renato Martins Costa

**RELATOR** - Conselheiro Robson Marinho

**SECRETÁRIO** - Bel. Sérgio Ciquera Rossi

**PROCESSO** - TC-001932/026/01

**ASSUNTO** - Município: Jacareí.

**Prefeito:** Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

**Exercício:** 2001.

**Requerente(s):** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Em Julgamento:** Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 19-08-03, publicado no D.O. E de 30-10-03.

**Advogado(s):** José Roberto Manesco, Marcos Augusto Peres e outros.

**RELATOR** - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, cuidam os autos de pedido de reexame formulado pela Prefeitura Municipal de Jacareí.

(O relatório e voto preliminar de S. Exa. seguem juntados ao final destas notas).

**PRESIDENTE** - O Sr. Relator conhece do pedido, em preliminar. Em discussão. Em votação. O Plenário acompanha.

**RELATOR** - No mérito, passo a proferir meu voto.

(O voto de mérito de S. Exa. segue juntado ao final destas notas).

**PRESIDENTE** - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado o voto do Relator.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

423  
444  
288

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01

**DECISÃO CONSTANTE DA ATA:** Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Cláudio Ferraz de Alvarenga, bem como pelo do Substituto de Conselheiro Wallace de Oliveira Guirelli, preliminarmente o E. Plenário conheceu do pedido de reexame e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, ficando mantido o r.parecer desfavorável, excluindo-se tão-somente dos fundamentos da decisão anterior a falta de aplicação no ensino fundamental e a questão relacionada aos serviços de adequação de aterro sanitário, alterando-se para 23,29% e 16,62% os registros constantes do voto anterior sobre os recursos destinados na manutenção do ensino e do ensino fundamental.

Taquígrafo: tania  
SDG-1/MML/cleo

479  
AN5  
88

Conselheiro Robson Marinho  
Tribunal Pleno  
Sessão: 20/10/04

**PEDIDO DE REEXAME**

**35 TC-001932/026/01**

Município: Jacareí.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

Exercício: 2001.

Requerente(s): Prefeitura Municipal de Jacareí.

Em Julgamento: Reexame do Parecer da E. Primeira Câmara, em sessão de 19-08-03, publicado no D.O. E de 30-10-03.

Advogado(s): José Roberto Manesco, Marcos Augusto Peres e outros.

Auditada por: GDF-7 - DSF-I.

Auditoria atual: GDF-4 - DSF-I.

**Relatório**

Em sessão de 19/8/2003, a e. Primeira Câmara decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da **Prefeitura Municipal de Jacareí**, relativas ao exercício de 2001, em face do descumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 60 do ADCT (22,59% da receita oriunda de impostos e transferências foi destinado ao ensino global, sendo 13,77% dessas mesmas receitas ao ensino fundamental) e da realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual competente, procedimento que não foi alvo de explicações por parte da origem.

Inconformada, a Prefeitura Municipal de Jacareí, por meio de seu representante legal, interpõe pedido de reexame, procurando reverter a decisão que lhe fora desfavorável.

Em relação ao ensino solicita que seja considerado como aplicação nesse setor o montante equivalente a R\$ 1.960.959,40, pois procura demonstrar que, embora referidas despesas tenham sido classificadas erroneamente como sendo da administração geral (subfunção 122), as notas fiscais e as ordens de pagamentos referentes a tais valores (docs. anexos) atestam serem, na realidade, dispêndios do ensino fundamental (subfunção 361).

Reivindica, também, que as despesas inscritas em restos a pagar, para cuja cobertura não havia recursos disponíveis suficientes, sejam considerados para cômputo no setor. Argumenta que a impossibilidade de

~~415~~  
416  
25

manutenção de saldo equivalente no final do exercício de 2001 decorreu fundamentalmente da necessidade de sanar pendências de gestão anterior, mas que aludidos gastos foram destinados ao ensino e sua liquidação ocorreu no primeiro semestre do exercício de 2002.

Quanto ao aterro sanitário, informa que a contratação em comento se deu em 2000, cujo contrato vigorou até outubro daquele ano, não cabendo, portanto, nenhuma responsabilidade à atual administração sobre eventuais irregularidades.

Manifestando-se em relação ao ensino, a assessoria técnica acolheu apenas as razões de recurso sobre as despesas classificadas erroneamente. Refazendo os cálculos, para neles incluir referidos gastos, atestou que, embora a municipalidade tenha cumprido o limite mínimo exigido no artigo 60 do ADCT, não o fez em relação ao ensino de modo geral, posto que apenas o correspondente a 23,29% do produto de impostos e transferências foi aplicado no setor, não tendo sido superada, portanto, a infringência ao contido no artigo 212 da Constituição Federal.

Por isso, opinou pelo conhecimento do apelo e, quanto ao mérito, por seu desprovimento.

Manifestando-se na mesma linha, a SDG apenas retificou os cálculos da assessoria técnica acerca do ensino fundamental que, segundo entendimento seu, correspondeu a 16,62% da arrecadação de impostos e transferências.

O presente processo já esteve em pauta de discussão na sessão de 20/10/2004, oportunidade em que decisão a seu respeito foi adiada, tendo em vista sustentação oral do representante legal da Prefeitura.

É o relatório.

rcbnnm

426  
H-7  
BB

## Voto

TC-001932/026/01

## Preliminar

Estando em termos, conheço do presente recurso.

## Mérito

Considero, inicialmente, que a justificativa constante do presente pedido de reexame relativamente à aplicação de recursos no ensino fundamental pode ser acolhida, já que, conforme atestou a Secretaria-diretoria Geral, foram a ele destinados 16,62% da receita de impostos e transferências, dando-se, com isso, cumprimento ao disposto no artigo 60 do ADCT.

Igualmente superada afigura-se a questão concernente aos serviços de aterro sanitário, posto que os documentos carreados aos autos nesta oportunidade demonstram que aludido contrato não foi celebrado no exercício em pauta. Nessas condições, a matéria não compromete as presentes contas, mas, diante das constatações da auditoria e por haver despesas a tal título neste período, conforme informa a auditoria em seu relatório (item 2.3.8), a matéria deve ser analisada em autos próprios, nos termos das instruções vigentes.

Porém, as razões do recurso não lograram descaracterizar o descumprimento do artigo 212 da Constituição Federal.

Em que pesem os respeitáveis argumentos acrescidos pelo representante da Prefeitura Municipal solicitando a inclusão para esse fim dos valores inscritos em restos a pagar, para os quais não havia o correspondente lastro financeiro em conta vinculada, sob a alegação de que referidos valores teriam sido liquidados no exercício posterior, penso que tal pretensão não deve prosperar.

Isso porque, ao estabelecer que parte da receita arrecadada no exercício seja aplicada no ensino, quer a Constituição que haja efetivo comprometimento de recursos financeiros do próprio exercício, o que não

477  
1418  
28

se obtém apenas com a reserva orçamentária destituída de lastro efetivo, como se infere do disposto no artigo 69, § 5º, da Lei nº. 9.394/96.

Consigne-se, ainda, que, de acordo com a jurisprudência deste Tribunal, as despesas com ensino, inscritas em restos a pagar, poderiam, excepcionalmente, integrar o cálculo de que se fala, se no final do exercício houvesse em conta movimento saldo suficiente não só para cobri-las, mas também os demais débitos que compuseram aquela conta. No entanto, os autos revelam que a inscrição total em restos a pagar soma R\$ 28.359.620,40, enquanto a disponibilidade financeira alcança meros R\$ 12.948.960,32 (fls. 25).

Diante disso, constata-se que, mesmo com a inclusão de despesas não consideradas anteriormente (R\$ 1.960.959,40), apenas 23,29% do produto de impostos e transferências foram aplicados na atividade, montante inferior, portanto, ao mínimo exigido pela referida disposição constitucional.

Nessas condições, meu voto **nega provimento** ao pedido de reexame e mantém o parecer desfavorável emitido sobre as contas apresentadas pelo Prefeito Municipal de Jacareí, referentes ao exercício de 2001.

Deve-se, porém, excluir do fundamento da decisão recorrida a falta de aplicação no ensino fundamental e a questão relacionada aos serviços de adequação de aterro sanitário. Em consequência, alterem-se para 23,29% e 16,62% os registros constantes do voto anterior sobre os recursos destinados na manutenção do ensino e do ensino fundamental.

É o meu voto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

449/BB

P A R E C E R

TC-001932/026/01 - Pedido de reexame.

**Município:** Jacareí.

**Prefeito:** Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado.

**Exercício:** 2001.

**Requerente:** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Em julgamento:** Reexame do parecer emitido em 30-10-03 pela e. 1ª Câmara

**Advogados:** José Roberto Manesco, Marcos Augusto Peres e outros.

**Ementa:** Pedido de reexame. Conhecido. Contas de Município. Aplicação de recursos no ensino. Insuficiência ante o que exige a Constituição Federal. Recurso desprovido.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

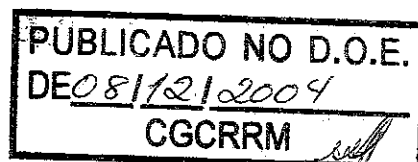
Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Cláudio Ferraz de Alvarenga, bem como pelo do Substituto de Conselheiro Wallace de Oliveira Guirelli, o e. Tribunal Pleno, em sessão de 27 de outubro de 2004, conheceu preliminarmente do pedido de reexame e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, negou-lhe provimento, ficando mantido o r. parecer desfavorável, excluídos, porém, dos fundamentos da decisão a insuficiente aplicação de recursos no ensino fundamental e a realização de despesas ilegais. Na ocasião, reconheceram-se como definitivos os seguintes resultados contábeis alcançados em relação à aplicação necessária no ensino e no ensino fundamental, respectivamente: 23,29% e 16,62%.

Publique-se.

São Paulo, 1º de dezembro de 2004.

RENATO MARTINS COSTA - Presidente

ROBSON MARINHO - Relator





Processo: TC- 1932/026/01

Nome: César Augusto Vilela Rezende (procuração fls.43/457)

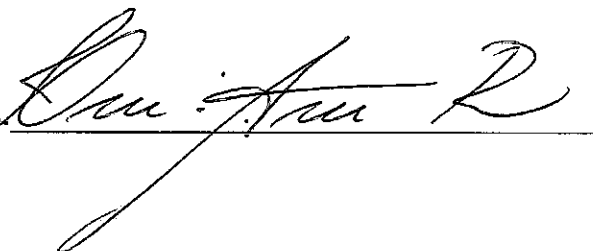
OAB/SP-E: 128.895

Fone: 3068-4731

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e  
retirei cópias de fls. 426/478, com recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 10 de dezembro de 2004

Ass.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'César Augusto Vilela Rezende', written over a horizontal line.

José Roberto Manesco  
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires  
Marcos Augusto Perez  
Floriano de Azevedo Marques Neto  
Ane Elisa Perez  
Tatiana Matiello Cymbalista

Magali Favaretto Prieto  
Adriana Roldan Pinto de Lima  
Adalberto Pimentel Diniz de Souza  
Maria Célia Nogueira Moscati  
Denise Nefussi  
Pedro Sotero de Albuquerque  
Mariana Pereira Cunha  
Marco Antônio Rodrigues Jorge  
Tácio Lacerda Gama  
Rodrigo Françoço Martini  
Eduardo Pannunzio  
Maria Fernanda de Moura e Souza  
Ana Claudia Lorenzetti Leme  
Juliana Rodrigues Valle  
Maíra Barbosa Ribeiro  
Rossana de Araújo Rocha  
José Alexandre Ferreira Sanches

*Manesco, Ramires, Perez,  
Azevedo Marques  
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar  
01310-100 São Paulo SP  
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749  
www.manesco.com.br

Licínio dos Santos Silva Filho  
Cornélio Vieira de Moraes Júnior  
José Aníbal Freitas Marques  
Luís Justiniano de Arantes Fernandes  
Luís Otávio Sigaud Furquim

Fábio Barbalho Leite  
Maurício Moura Portugal Ribeiro

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR  
ROBSON MARINHO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE SÃO PAULO**

PROTOCOLADO

1932/026/01  
165777

TC nº 1932/026/01

Contas do exercício de 2001

**A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ**

por seu advogado, vem, com fulcro no artigo 66 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, apresentar EMBARGOS DE DECLARAÇÃO em face do acórdão proferido pela 1ª Câmara deste E. Tribunal, consubstanciado nas razões que se seguem:

**1. Breve Resumo dos Fatos**

01. Após o regular exame das contas relativas ao exercício de 2001, a auditoria apontou diversas falhas que foram devidamente justificadas pelo ora interessado.

Manesco, Ramires, Perez,  
Azevedo Marques  
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar  
01310-100 São Paulo SP  
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749  
www.manesco.com.br

02. No entanto, apesar das devidas justificativas apresentadas, foi emitido parecer desfavorável à aprovação das contas de referido exercício por entender que o percentual gasto com o ensino e o ensino fundamental estavam aquém do previsto constitucionalmente. Desta decisão o Requerente apresentou Pedido de Reexame no qual demonstrou equívocos no parecer da fiscalização financeira que deixou de computar diversos valores gastos com educação que alteravam o percentual apurado.

03. Os pareceres da ATJ e da SDG que analisaram tal pedido reconheceram que no cômputo dos valores gastos com a Educação deveriam ser incluídas aquelas que foram erroneamente classificadas, e entenderam, todavia, que os valores inscritos em restos a pagar não poderiam ser computados porque a Municipalidade não possuía saldo financeiro em 31.12.01.

04. Assim, tais pareceres entenderam que foram aplicados 23,28% das receitas no ensino o que permaneceria aquém do mínimo estabelecido pela constituição e ensejaria a emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas do Município.

05. O acórdão embargado, todavia, ao julgar o Pedido de Reexame entendeu por conhece-lo, mas negar-lhe provimento. Todavia, tal *decisum* deixou de apreciar um dos argumentos centrais produzidos no Pedido

*Manesco, Ramires, Perez,  
Azevedo Marques  
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar  
01310-100 São Paulo SP  
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749  
www.manesco.com.br

de Reexame, razão pela qual não restou outra alternativa à Embargante senão opor os presentes embargos para sanar a omissão. Vejamos.-

## *II. Da omissão contida no acórdão*

05. A ora Embargante fundamentou seu pedido de Reexame em dois argumentos centrais.

06. O primeiro deles, devidamente abordado pelo acórdão ora embargado, foi o de que não se poderia olvidar de que o montante relativo aos restos a pagar deveriam ser considerados no presente cálculo relativo à aplicação no ensino.

07. O segundo argumento central, todavia, deixou de ser apreciado por este E. Tribunal e sequer houve qualquer menção ao quanto alegado no corpo do voto do eminente relator.

08. Alegou-se e, mais, requereu-se, que este Tribunal considerasse o histórico do Município de Jacareí quanto à aplicação no ensino nos anos anteriores, sempre aquém do limite constitucional, para se conhecer o esforço da gestão seguinte em atingir, de maneira responsável, o percentual indicado pela Constituição, o que ensejaria a emissão de parecer favorável à aprovação das aludidas contas.

Folha n.º	403	9am
1932/026/01		

154/88

*Manesco, Ramires, Perez,  
Azevedo Marques  
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar  
01310-100 São Paulo SP  
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749  
www.manesco.com.br

09. Ora, veja-se que no ano de 1999, este Tribunal manifestou que apenas foi aplicado na educação 22% das receitas provenientes e impostos e no ano seguinte, 2.000, apenas 21,56%, o que gerou dificuldades para a nova gestão municipal, no ano de 2001, elevar tal índice na medida que a aplicação de maiores recursos dependem da ampliação da rede de ensino e investimentos pesados, o que não se realiza a curto prazo com a devida cautela que devem cercar-se os administradores públicos.

10. Assim, restava impossível que tal percentual fosse superado em curto espaço de tempo. Daí porque o atingimento de tal percentual somente foi possível computando-se o saldo relativo aos restos a pagar.

11. Há que se reconhecer, portanto, que os índices alcançados na gestão de 2001 foram conseguidos diante de elevados esforços por parte do Prefeito, na medida em que com a histórica insuficiência de rede de ensino que demande tais aplicações, o atingimento do percentual constitucional só restou possível diante de muitas dificuldades e investimentos, o que deve ser reconhecido por esta E. Corte de Contas no sentido de emitir parecer favorável à aprovação das contas no ano de 2001.

Folha n.º 484  
19321026105

453/BB

Manesco, Ramires, Perez,  
Azevedo Marques  
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar  
01310-100 São Paulo SP  
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749  
www.manesco.com.br

### III. Conclusão e Pedido

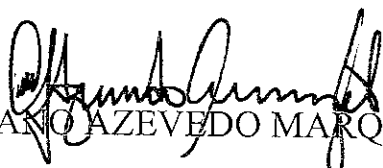
12. Diante de todo o exposto verifica-se que o v. acórdão embargado omitiu-se acerca da alegação quanto a impossibilidade de atingimento do percentual constitucional em função do histórico do Município neste sentido.

13. Em assim sendo requer sejam conhecidos os presentes embargos de declaração, para sanar a omissão contida no acórdão, apreciando-se o argumento ora exposto para emitir-se novo parecer favorável à apuração das contas de 2001 do Município de Jacareí.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 13 de dezembro de 2004.

  
FLORIANO AZEVEDO MARQUES NETO

OAB/SP 112.208



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

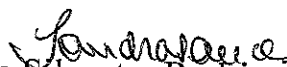
436/BB

Fl. nº	485
Proc.	1932/026/01
1	Sandra

Juntamos nos presentes autos os documentos de fls. 480/484.

Ao Gabinete.

**CGCRRM**, 15 de dezembro de 2004.

  
Sandra Silvestre Rodrigues Sanches  
Auxiliar de Fiscalização Financeira V



TC – 1932/026/01 - fls. 486

**DESPACHO DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO**

**Processo** : TC 1932/026/01  
**Interessada** : Prefeitura Municipal de Jacareí  
**Assunto** : Contas Municipais - Exercício de 2001.

Sobre os embargos manifeste-se a ATJ e SDG.  
GC., em 15 de dezembro de 2004.

  
**ROBSON MARINHO**  
Conselheiro

rcbnm.e





ATJ

**Processo:** TC - 001932/026/01

**Órgão:** Prefeitura Municipal de Jacareí

**Exercício:** 2001

**Assunto:** Embargos de Declaração

**Senhor Assessor Procurador-Chefe:**

A Colenda Primeira Câmara emitiu v. Parecer desfavorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2001, (fls. 165/174 e 177). A r. orientação deu-se em razão da falta de aplicação do mínimo exigível de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e do ensino fundamental, descumprindo as disposições do artigo 212 da Constituição Federal e do “caput” artigo 60 do ADCT, tendo ainda contribuído para rejeição, a falta de justificativas para a realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual (impropriedade anotada no item 6 relativa ao expediente TC - 14895/026/01).

Interposta a peça recursal de fls. 179/430 e após oitiva da sustentação oral da Prefeitura, (notas taquigráficas de fls. 463/468), o E. Plenário deste Tribunal manteve o v. Parecer desfavorável relativo às contas, decidindo, todavia, pelo provimento parcial do Pedido de Reexame, a fim de que fossem excluídos dos fundamentos da r. decisão de fls. 177, a insuficiente aplicação de recursos no ensino fundamental e a realização de despesas ilegais, tendo sido reconhecidos como definitivos, na ocasião, os resultados contábeis alcançados em relação à aplicação necessária no ensino e no ensino fundamental, respectivamente: 23,29% e 16,62%.



## ATJ

Invocando o disposto no artigo 66 da Lei Complementar nº 709/93 e nos artigos 149 e 150 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Contas, o Sr. Marco Aurélio de Souza, Prefeito Municipal, por intermédio de seu representante, interpôs em 13.12.04, Embargos de Declaração de fls. 480/484.

O embargante sustenta, em síntese, haver omissão no r. parecer de fls. 478

Agora por determinação de fls. 486, retornaram os autos a esta Assessoria.

Examinados.

Preliminarmente, entendo que os embargos poderão ser conhecidos, uma vez que formulados por parte legítima e tempestivos (parecer publicado em 08.12.04 e os embargos protocolizados em 13.12.04) atendidos, portanto, os pressupostos de admissibilidade previstos nos artigos 66 e 67 da Lei Complementar nº 709/93.

Mérito.

Compulsando os autos considero que inexistente contradição, omissão ou obscuridade na r. decisão. Ao contrário do que afirmou, o embargante às fls. 480/484, **todas as matérias relevantes e necessárias para formação de juízo sobre as contas foram exaustivamente apreciadas pelo E. Tribunal**, constando expressamente no r. Voto de fls. 476/477 os motivos e a



## ATJ

fundamentação legal que ensejaram a emissão do v. parecer desfavorável às contas.

Especificamente, sobre o “*histórico do Município de Jacareí*” que o embargante afirma deixou de ser considerado por este E. Tribunal, cumpre lembrar, com a devida vênia, que alegações de idêntico teor foram expostas na sessão ordinária do Tribunal Pleno de 20/10/04, por ocasião da concessão do pedido de sustentação oral, não havendo por conseguinte falar em falta de apreciação desta Casa sobre o assunto.

No presente caso, a r. decisão apresenta-se perfeita, uma vez em que consubstancia os motivos relevantes e essenciais e a fundamentação legal, não sendo necessária a menção dos demais argumentos repudiados, uma vez que desprovidos de importância suficiente para reverter o panorama processual.

Tais argumentos poderiam ou não constar da r. decisão a critério exclusivo do E. Plenário.

A meu ver, o recurso apresentado pelo embargante objetivou, na verdade, tentar reabrir discussão sobre matéria já apreciada por esta C. Corte.

Posto isto e considerando que para a satisfazer a pretensão infringente do embargante relativo a emissão do parecer desfavorável sobre as contas da Prefeitura somente cabe



ATJ

“pedido de reexame” nos termos do artigo 71 da Lei Complementar nº 709/93 e artigo 155 do Regimento Interno, o qual já foi anteriormente interposto e apreciado pelo Excelso Tribunal Pleno, não restando nenhum ponto a ser aclarado, propugno pelo não conhecimento do Embargos de Declaração.

À consideração de Vossa Senhoria.

ATJ, em 18 de janeiro de 2005

  
Rogério Loubet Pantaleão  
Assessoria Técnica



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

441  
H622  
BB

Excelentíssimo Senhor Relator,

Antecipo-lhe que os embargos não merecem acolhida.

A fundamentação do Parecer recorrido não contém nenhuma obscuridade, contradição ou omissão, imperfeições que, eventualmente, seriam excluídas por via de embargos.

Alicerçado nas razões expostas pela d. Assessoria Técnica, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência proposta no sentido da **rejeição dos embargos**, com prévio trânsito pela douta SDG.

ATJ, 19 de janeiro de 2005.

*Fernanda Amêndola Calil Cavalcanti de Araújo*  
FERNANDA AMENDOLA CALIL CAVALCANTI DE ARAÚJO

Assessora Procuradora - Chefe

Substituta

JR/

encbido noia  
20.1.05  
Porte



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 492

Proc. TC-1932/026/01

h

**PROCESSO:** TC-1932/026/01  
**INTERESSADA:** Prefeitura Municipal de Jacareí  
**EM EXAME:** Contas Anuais do Exercício de 2001  
Embargos de Declaração (fls. 481/484)  
**RELATOR:** Dr. Robson Marinho

### Senhor Relator

Retornam os presentes autos a esta S.D.G., em decorrência do r. despacho de fls. 486.

Consoante o v. Parecer de fls. 478, publicado no D.O.E. de 08/12/04, decidiu o Egrégio Tribunal Pleno conhecer do Pedido de Reexame e, no mérito, negar-lhe provimento.

Inconformada, a Prefeitura Municipal de Jacareí, através de seu representante legal, interpôs os Embargos de Declaração de fls. 481/484, protocolizado neste E. Tribunal em 13/12/04, objetivando reformar a r. decisão que lhe fora desfavorável.

Como sustentáculo de seu inconformismo, alega o Embargante que um dos argumentos centrais contidos no Pedido de Reexame interposto por aquela Municipalidade deixou de ser apreciado por este E. Tribunal, caracterizando-se, portanto, na omissão exigida para o regular processamento da peça em exame.

Neste sentido afirma que não foi considerado o histórico do Município de Jacareí quanto à aplicação no ensino nos anos anteriores, sempre em desacordo com os limites estabelecidos pela Constituição Federal, o que teria exigido elevados esforços por parte da Administração local, no sentido de alcançar os índices legalmente determinados no exercício em questão.

A Assessoria Técnica e sua Chefia (fls. 487/491), após analisarem as razões apresentadas pelo signatário, propugnaram pela rejeição do apelo em apreço.

É a síntese do necessário. Opino.

46



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 493

Proc. TC-1932/076/01

12

Por preencherem os pressupostos de admissibilidade estabelecidos na Lei Orgânica e no Regimento deste Tribunal, entendo que os presentes Embargos de Declaração devam ser conhecidos.

No mérito, entretanto, creio que não se sustenta o argumento do peticionário que busca demonstrar a suposta omissão de ponto sobre o qual este E. Tribunal deveria se pronunciar, visto que todas as questões foram bem analisadas, gerando inclusive o adiamento da conclusão do julgamento, em virtude da retirada de pauta do presente processo, na sessão ordinária do Tribunal Pleno de 20/10/04, ocasião em que o Dr. Marcos Augusto Perez, após ter-lhe sido concedido o direito de sustentação oral requerido (fls. 460/461), fez uma minuciosa exposição acerca das questões referentes aos restos a pagar e ao **histórico do Município de Jacareí**, o que se pode comprovar através das notas taquigráficas insertas às fls. 463/468.

Ademais, no meu sentir, nada obstante seja objetivo dos embargos de declaração socorrer os jurisdicionados contra eventual omissão existente na própria decisão que se pretende reverter, mister ressaltar que as questões que devem ser necessariamente apreciadas não são todas as postas pelos apelantes, mas somente as **relevantes**, capazes de afastar os vícios que ensejaram o julgamento desfavorável da matéria.

Sendo assim, considerando que a omissão levantada pelo apelante não procede, manifesto-me pela rejeição dos presentes Embargos de Declaração.

À consideração de Vossa Excelência.  
SDG., 01 de fevereiro de 2005.

Sérgio Ciquera Rossi  
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

AAS

José Roberto Manesco  
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires  
Marcos Augusto Perez  
Floriano de Azevedo Marques Neto  
Ane Elisa Perez  
Tatiana Matiello Cymbalista  
Fábio Barbalho Leite

Licínio dos Santos Silva Filho  
Cornélio Vieira de Moraes Júnior  
José Aníbal Freitas Marques  
Luís Justiniano de Arantes Fernandes  
Wladimir Antonio Ribeiro

Magali Favaretto Prieto  
Adriana Roldan Pinto de Lima  
Adalberto Pimentel Diniz de Souza  
Maria Célia Nogueira Moscati  
Denise Nefussi  
Marco Antônio Rodrigues Jorge  
Rodrigo Françoso Martini  
Eduardo Pannunzio  
Maíra Barbosa Ribeiro  
Rossana de Araújo Rocha  
José Alexandre Ferreira Sanches  
Carlos Renato Lonel Alva Santos

Folha n.º 494  
1932/026/01

Manesco, Ramires, Perez,  
Azevedo Marques  
Advocacia

São Paulo  
Av. Paulista, 1274 21º andar  
01310-100 São Paulo SP  
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749  
Brasília  
SAUS, Quadra 1, Bloco N salas 706/707  
CEP: 70070 - 941 Brasília - DF  
Tel. (61) 223-7895 Fax 223-7895  
www.manesco.com.br

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO RELATOR DO  
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**TC - 1932/026/01**

**A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ**, por  
seu advogado, vem, à presença de Vossa Excelência, requerer a concessão de  
vista dos presentes autos.

Termos em que,  
pede deferimento.

  
**MARCOS AUGUSTO PEREZ**

**OAB/SP n.º: 100.075**





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n° 495

Proc. 1932/026/01

Sandra

Juntamos nos presentes autos os documentos de fls. 494.  
**CGCRRM**, 01 de março de 2005.

*Sandra Sanches*  
Sandra Silvestre Rodrigues Sanches  
Auxiliar de Fiscalização Financeira V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

AG<sup>2</sup>/<sub>88</sub>

Fl. nº	496
Proc.	1932/026/01
	Sandra

Processo: TC-1932/026/01

Interessada: Prefeitura Municipal de Jacareí, por seu advogado, Dr. Marcos Augusto Perez, OAB/SP 100.075

Assunto: requer vista e extração de cópias dos autos – Expediente TC-7473/026/05, juntado a fls. nº 494

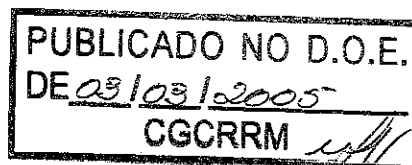
Defiro vista e extração de cópias no Cartório, onde os autos ficarão à disposição da interessada pelo prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do presente despacho, observadas as cautelas legais.

Publique-se.

G.C., 01 de março de 2005.

  
**Robson Marinho**

Conselheiro





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

494  
268/BB

Processo: TC- 1932/026/01

Nome: César Augusto Vilela Rezende (procuração fls.457) (43)

OAB/SP-E: 128.895

Fone: 3068-4731

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e retirei cópias de fls. 487/493, com recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 03 de março de 2005

Ass.

Visto.

Devolvam-se os autos ao gabinete  
CGCRRM, 04 de março de 2005

Milton Raposo de Siqueira  
Auxiliar da Fiscalização Financeira V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

169  
88

Fls. nº 498  
TC-001932/026/2001

DECISÃO DO TRIBUNAL PLENO

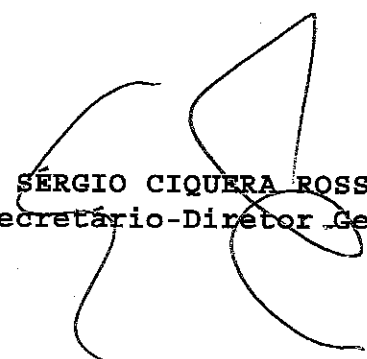
DATA DA SESSÃO - 16-03-2005

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Eduardo Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Renato Martins Costa, preliminarmente o E. Plenário conheceu dos embargos de declaração opostos e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitou-os, ficando mantido o r. parecer recorrido em todos os seus termos.

PRESIDENTE - CONSELHEIRO CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para redação e publicação do acórdão;
- 3 - Ao GDF-4 para dar cumprimento à r. decisão embargada.

SDG-1, em 17 de março de 2005

  
SÉRGIO CIQUERA ROSSI  
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/MML/rpa



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

499  
420  
108

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01

5ª. sessão ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 16 de março de 2005, no Auditório "Prof. José Luiz de Anhaia Mello"

**PRESIDENTE** - Conselheiro Cláudio Ferraz de Alvarenga

**RELATOR** - Conselheiro Robson Marinho

**SECRETÁRIO** - Sérgio Ciquera Rossi

**PROCESSO** - TC-001932/026/01

**ASSUNTO** - **Embargante(s)**: Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Assunto**: Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001.

**Responsável(is)**: Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado (Prefeitos à época).

**Em Julgamento**: Embargos de Declaração em face da decisão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra a decisão da E. Primeira Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 08-12-04.

**Advogado(s)**: Floriano de Azevedo Marques Neto, Marcos Augusto Perez, José Roberto Manesco e outros.

RELATOR - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, cuidam os autos de embargos de declaração opostos pela Prefeitura Municipal de Jacareí.

(O relatório e voto preliminar de S.Exa. seguem juntados no final destas notas).

PRESIDENTE - O Sr. Relator conhece dos embargos, em preliminar. Em discussão. Em votação. O Plenário também.

RELATOR - No mérito, passo a proferir meu voto.

(O voto de mérito de S. Exa. segue juntado no final destas notas).

PRESIDENTE - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado o voto do Relator.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

500

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

TC-001932/026/01

A21  
BB

**DECISÃO CONSTANTE DA ATA:** Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Eduardo Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Renato Martins Costa, preliminarmente o E. Plenário conheceu dos embargos de declaração opostos e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitou-os, ficando mantido o r. parecer recorrido em todos os seus termos.

Taquígrafo: Anahy

SDG-1/MML/mrs

RM  
5/9/1  
422/83

Conselheiro Robson Marinho  
Tribunal Pleno  
Sessão: 16/3/2005

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**39 TC-001932/026/01**

**Embargante(s):** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Assunto:** Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001.

**Responsável(is):** Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado (Prefeitos à época).

**Em Julgamento:** Embargos de Declaração em face da decisão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra a decisão da E. Primeira Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 08-12-04.

**Advogado(s):** Floriano de Azevedo Marques Neto, Marcos Augusto Perez, José Roberto Manesco e outros.

**Auditada por:** GDF-7 - DSF-I.

**Auditoria atual:** GDF-4 - DSF-I.

**Relatório**

Em sessão de 19/8/2003 a e. Primeira Câmara deste Tribunal decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas da **Prefeitura Municipal de Jacareí**, relativas ao exercício de 2001, tendo em vista, principalmente, o descumprimento do contido no artigo 212 da Constituição Federal e no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, uma vez que restou demonstrada a aplicação insuficiente de recursos no ensino de modo geral e no fundamental (21,57% e 13,77%, respectivamente).

Inconformado, o responsável ingressou com pedido de reexame, que, levado ao conhecimento deste e. Plenário, em sessão de 27/10/2004, não foi provido. No entanto, na ocasião, foram reconhecidos como definitivos os seguintes percentuais de aplicação de recursos no setor educacional: 23,29% da receita proveniente de impostos e transferências no ensino de modo geral e 16,62% dessas mesmas receitas no ensino fundamental.

10011

50/2

423  
BB

Ainda inconformado, o responsável opõe, agora, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, procurando demonstrar que há omissão na decisão proferida.

Em suas razões, o embargante sustenta que este Tribunal deixou de considerar um dos argumentos centrais contidos no pedido de reexame, qual seja, o histórico do município de Jacareí quanto à aplicação no ensino dos anos anteriores. Nesse sentido, afirma que os índices apurados em 1999 e 2000 sempre estiveram abaixo do limite exigido constitucionalmente, gerando dificuldades para que a gestão municipal iniciada em 2001 pudesse elevar tais índices. Solicita, assim, que os valores inscritos em restos a pagar sejam considerados para completar o percentual previsto no citado dispositivo constitucional, por se tratar de despesas efetivadas com o setor, ainda que ausente disponibilidade financeira para sua cobertura.

Requer, por fim, que novo parecer seja emitido, agora favorável à aprovação das contas em apreço.

A ATJ opinou pelo não-conhecimento dos embargos, enquanto sua Chefia e SDG manifestaram-se pelo conhecimento e rejeição.

Ao final da instrução, o interessado obteve vista dos autos.

É o relatório.

rcbnn

2  
10/11



503

424  
38

Voto

TC-001932/026/01

Preliminar

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos embargos de declaração.

Mérito

Quanto ao mérito, não prosperam as alegações apresentadas pelo embargante, que, na realidade, objetivam apenas rediscutir o mérito da matéria, o que é expressamente vedado nesta fase e pelo meio utilizado pelo interessado para alcançar esse fim.

É oportuno destacar que os argumentos utilizados nos presentes embargos foram expostos na sessão ordinária do Tribunal Pleno em 20/10/2004, quando foi concedida a oportunidade de sustentação oral ao representante do município. Serviram, pois, de subsídio ao exame da matéria, não havendo, por conseguinte, de se falar em falta de apreciação desta Casa sobre o assunto.

Demais disso, convém observar que todos os argumentos constantes do pedido de reexame e que eram relevantes para o assentamento de juízo sobre a matéria questionada foram considerados no voto condutor da decisão ora embargada.

Por todo o exposto e por não vislumbrar a presença de nenhum dos fundamentos imprescindíveis ao acolhimento dos embargos de declaração, voto por sua **rejeição**, ficando, em consequência, mantido o parecer recorrido em todos os seus termos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 504

475  
88

A C Ó R D ã O

TC-001932/026/01 - Embargo de declaração.

**Embargante:** Prefeitura Municipal de Jacareí.

**Assunto:** Contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001.

**Responsáveis:** Marco Aurélio de Souza e Maria Cristina de Paula Machado (Prefeitos à época).

**Em julgamento:** Embargos de Declaração em face da decisão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra a decisão da E. Primeira Câmara, que emitiu parecer desfavorável à aprovação das contas. Parecer publicado no D.O.E. de 08-12-04.

**Advogados:** Floriano de Azevedo Marques Neto, Marcos Augusto Perez, José Roberto Manesco e outros.

**Ementa:** Embargos de declaração. Conhecido e rejeitados. Inexistência de omissão ou contradição. Pretensão do recorrente de rediscutir o mérito.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

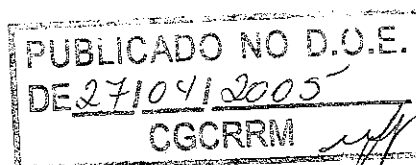
Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Antonio Roque Citadini, Eduardo Bittencourt Carvalho, Edgard Camargo Rodrigues, Fulvio Julião Biazzi e Renato Martins Costa, preliminarmente o E. Plenário, em sessão de 16 de março de 2005, conheceu dos embargos de declaração opostos e, quanto ao mérito, pelas razões expostas no voto do Relator, juntado aos autos, rejeitou-os, ficando mantido o r. parecer recorrido em todos os seus termos.

Publique-se.

São Paulo, 18 de abril de 2005.

  
CLAUDIO FERRAZ DE ALVARENGA - Presidente

  
ROBSON MARINHO - Relator



B. Sps

4-16  
100

*Manesco, Ramires, Perez,  
Azevedo Marques  
Advocacia*

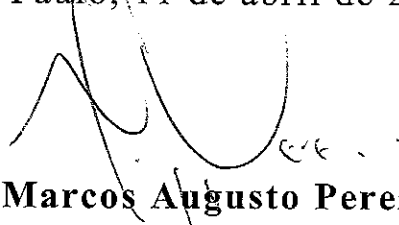
---

**São Paulo**  
Av. Paulista, 1274 21º andar  
01310-100 São Paulo SP  
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749  
**Brasília**  
SAUS, Quadra 1, Bloco N salas 706/707  
CEP: 70070 – 941 Brasília – DF  
Tel. (61) 223-7895 Fax 223-7895  
[www.manesco.com.br](http://www.manesco.com.br)

## AUTORIZAÇÃO (R. 43)

Autorizo os estagiários **CARLOS EDUARDO BERGAMINI CUNHA**, inscrito na OAB/SP sob o nº 117.796-E e **MARTA MACCHIONE FERREIRA**, RG nº 28.410.030-4, a terem vista e extraírem cópia dos autos do TC – 1932/026/01, que trata da análise das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí no exercício de 2001, em tramite perante o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sob relatoria do Eminentíssimo **Conselheiro Robson Marinho**.

São Paulo, 11 de abril de 2005.



**Marcos Augusto Perez**

**OAB/SP 100.075**

RS 506

HFF  
BB

Processo: TC- 1932/026/01

Nome: Marta Macchione Ferreira (procuração fls.43)

RG/OAB: 28.410.030-4

Fone: 3068 4700

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e retirei cópias de fls. 498/504, com o recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 28 de abril de 2005

Ass. Marta Macchione Ferreira

DI-PRODESP

09.1.1

TTL939

SISTEMA INTEGRADO DE CONTROLE DE PROTOCOLO  
PESQUISA GERAL DE PROTOCOLOS

TCEP

18/05/2005

11:18:09

TIPO PROT.: \_ - TC \_ ( ? ) \_ - TCA \_ ( ? ) x - DOC \_ TIPO DOC \_ ( ? )  
\*\*\*\*\* P A R T E S \*\*\*\*\*

1. PARTE: CODIGO: \_ ( ? ) UNID.: \_ ( S/N ) TC'S EM TRAMITE: \_  
NOME : \_

2. PARTE: CODIGO: \_ ( ? ) UNID.: \_ ( S/N ) OU MATRICULA: \_  
NOME : \_

ENT. GERENCIADA: \_ ( ? )

EXERCICIO : \_ AUTUADO ENTRE: \_ / \_ / \_ E \_ / \_ / \_

TIPO DOC. : \_ ( ? ) PREFIXO : \_ DATA DOC.: \_ / \_ / \_

NUM. DOC. : \_ / \_ OU SEQ.: \_

NUM. EDITAL : \_ REGIONAL: \_ RELATOR ATUAL: \_

REF. TC- 0000000001932 / 026 / 01 DOC. NAO JUNTADOS AO REF. TC. x

RESPONSAVEIS : \_

OBJETO: \_

TOTAL DE PROTOCOLOS ENCONTRADOS 0000000

TECLE ENTER PARA CONTINUAR, CLEAR PARA RETORNAR OU PF12 PARA TERMINAR



**CARTÓRIO DO GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO**

**CERTIDÃO**

Certifico que a r. Decisão de fls. 498 transitou em julgado em 2 de maio de 2005. Cartório do Gabinete do Conselheiro Robson Marinho, em 18 de maio de 2005, \_\_\_\_\_, **Mariangela Gomes**, Assistente Técnico de Gabinete I.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 25 de maio de 2005

Ofício CGCRRM nº 1057/05  
TC-1932/026/01

Senhor Prefeito,

Nos termos do decidido pela Colenda Primeira Câmara e pelo Egrégio Tribunal Pleno desta Casa, em sessões de 19 de agosto de 2003, 27 de outubro de 2004 e 16 de março de 2005, quando da apreciação do processo em epígrafe, do pedido de reexame e dos embargos de declaração, encaminho a Vossa Excelência as respectivas cópias, acompanhadas de extrato dos rr. Pareceres e de fls. 167/174, 474/477, e 501/504 do processo em epígrafe, para conhecimento das recomendações propostas.

Apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.



ROBSON MARINHO  
CONSELHEIRO

Excelentíssimo Senhor  
MARCO AURÉLIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal de  
JACAREÍ - SP  
pfrj-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. nº	510
Proc.	1932/026/01
	<i>Maier</i>

481/28

A partir desta data os expedientes TCs-29621/026/01, 2448/007/01, 390/007/02, 31815/026/01, 10000/026/03, 14895/026/01 e 30610/026/01 deixam de acompanhar os presentes autos.

Assim, cumpridas todas as alíneas do item 2 da r. Decisão de fls. 165/166, encaminhem-se ao GDF-4.

**CGCRRM**, 7 de junho de 2005.

*Márcia Vernacci Alonso*  
**Márcia Vernacci Alonso**

Assessor Técnico Procurador





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

1822  
10/06

511  
TC-1932/026/01

PROCESSO: TC-1932/026/01  
PREFEITURA: JACAREÍ  
ASSUNTO: CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2001.

Senhor Diretor-Técnico Substituto,

Em atendimento ao despacho de fls.498 efetuamos as devidas anotações.

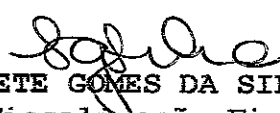
O pedido de reexame foi negado, ficando mantido o parecer desfavorável, conforme Decisão do Tribunal Pleno em sessão realizada em 27/10/04, fls.471.

Cumprimos o determinado nos 5º e 8º parágrafos do voto do Relator da decisão anterior, fls. 165, mencionado que o contrato com o Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT está sendo tratado no TC - 27941/026/05, acompanhando os expedientes TCs - 30610/026/03 e 10.000/026/03.

Conforme despacho do Secretário Diretor Geral item 4 letra "b" encaminhar os autos à Câmara Municipal.

À consideração de Vossa Senhoria.

DF-4.3, 06 de outubro de 2001.

  
LORISETE GOMES DA SILVA  
Agente da Fiscalização Financeira  
Chefe



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
4ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

1183  
BB

São Paulo, 07 de outubro de 2005.

Ofício GDF-4 nº 17/2005  
TC-1932/026/01

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência cópia dos **PARECERES** emitidos pela Colenda Primeira Câmara e pelo Egrégio Tribunal Pleno, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em Sessões de 19 de agosto de 2003, 27 de outubro de 2004 e 16 de março de 2005, publicados no Diário Oficial do Estado de 30 de outubro de 2003, 08 de dezembro de 2004 e 27 de abril de 2005, respectivamente.

Comunicamos, ainda, que o processo original (TC-1932/026/01, 2 volumes e 7 anexos), bem como o Acessório 1 – Ordem Cronológica de Pagamentos (TC-1932/126/01 – 1 volume); Acessório 2 – Aplicação no Ensino (TC-1932/226/01 – 3 volumes) e Acessório 3 – Lei de Responsabilidade Fiscal (TC-1932/326/01 – 1 volume), estão sendo encaminhados à Câmara Municipal.

Ao ensejo apresentamos protestos de estima e consideração.

  
Vitor Fernandes Cunha  
Diretor Técnico Substituto

Exmo. Senhor Doutor  
MARCO AURÉLIO DE SOUZA  
DD Prefeito Municipal de Jacareí



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
4ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

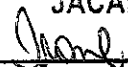
484  
BB

São Paulo, 07 de outubro de 2005.

Ofício GDF-4 nº 18 /2005

TC-1932/026/2001

Excelentíssimo Senhor Presidente,

<b>PROTOCOLO GERAL</b>
Nº <u>1843</u> / <u>14</u> / <u>10</u> 20 <u>05</u>
CÂMARA MUNICIPAL
JACAREÍ

FUNÇÃO

Servimo-nos do presente para comunicar Vossa Excelência que, nesta data, estamos encaminhando à Câmara Municipal o processo original versando sobre a prestação de contas anuais da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2001 (TC-1932/026/01), contendo os seguintes volumes:

- TC-1932/026/01 (2 volumes e 7 anexos);
- TC-1932/126/01 – Acessório 1 / Ordem Cronológica de Pagamentos (1 volume);
- TC-1932/226/01 – Acessório 2 / Aplicação no Ensino (3 volumes);
- TC-1932/326/01- Acessório 3 / Lei de Responsabilidade Fiscal (1 volume);

Ao ensejo apresentamos protestos de estima e consideração.

  
Vitor Fernandes Cunha  
Diretor Técnico Substituto

Exmo. Senhor  
ANTONIOS YASSIF RAAD JUNIOR  
DD Presidente da Câmara Municipal de Jacareí